

mas também limitado, pelo próprio objecto do seu trabalho. Procurará, é certo, conhecê-lo sob os seus diferentes aspectos e em profundidade, procurará conhecê-lo nas suas relações com o todo a que pertence, procurará, na medida em que o seu objectivo lho exija, conhecer este mesmo todo. Mas o seu caminho e, em parte, a sua extensão, estão-lhe de antemão fixados.

Pelo seu lado, o agente de investigação sociológica, ao procurar conhecer teòricamente um grupo, uma cultura, um meio social, fá-lo, digamos, duma maneira desinteressada.

Não se encontrando condicionado pela preocupação do imediato, sem procurar desde o início responder a tal ou tal dificuldade, a investigação tem assim à sua disposição um domínio mais vasto de investigação.

As suas conclusões poderão, é certo — e mesmo desejável — servir de base à elaboração de planos de acção e a independência inicial pode mesmo ter permitido a descoberta de problemas e raízes de problemas que um estudo imediatamente orientado para a acção não teria talvez revelado.

Não pretendemos com isto afirmar uma cisão absoluta entre o conhecimento teórico e o conhecimento em vista da acção. Pelo contrário, parece-nos que a teoria, e particularmente a teoria sociológica, deve, em última análise, servir ao melhoramento das condições de vida do homem.

Creemos no entanto que há aqui duas formas diferentes de conhecimento, cada uma com o seu espírito e a sua finalidade próprios, cuja independência importa reconhecer e salvaguardar.

O respeito pelo domínio próprio de cada uma destas formas de conhecimento conduzirá finalmente a um enriquecimento e a uma valorização de ambas e permitirá uma interacção correcta e fecunda.

*João  
Cruzeiro*

## **Formação e utilização do pessoal científico e técnico: a acção da O. C. D. E.**

### **I — O desenvolvimento económico e a formação e utilização do pessoal científico e técnico**

1 — As relações de dependência entre o desenvolvimento económico e o progresso dos conhecimentos científicos e técnicos constituem um dos domínios hoje correntemente introduzidos na concepção e execução das políticas de desenvolvimento. E se se deve

acentuar que essas relações eram formalmente já consideradas nas teorias clássicas do desenvolvimento, não é menos certo que a incidência desse factor surgia basicamente através do papel atribuído ao progresso técnico como elemento desencadeante e alimentador dos processos de crescimento regular e contínuo da produção industrial, que se registaram sucessivamente, em diversos países, desde a chamada «revolução industrial inglesa», iniciada na 2.<sup>a</sup> metade do século XVIII.

Simplemente, nesses países, hoje industrializados, a ciência e a técnica desenvolveram-se durante muito tempo de modo mais ou menos espontâneo, embora os meios materiais e humanos sobre os quais se alicerçava essa evolução se fossem progressivamente ampliando em volume e melhorando no que toca a organização.

Pode pois dizer-se que só recentemente se começou a formular uma política científica e técnica articulada com o desenvolvimento, e isto tanto nos países já industrializados, como nos países em vias de desenvolvimento. E surgem mesmo as primeiras tentativas para uma planificação da ciência e da técnica, na qual se atende aos diferentes tipos de investigação na sua relação com o grau de desenvolvimento de um país e os seus principais problemas sectoriais, o que determina a importância relativa e as direcções a imprimir à investigação fundamental e à investigação aplicada.

Mas, dentro do quadro dessa política, programada ou não, para aumentar o «potencial científico e técnico nacional» em estreita relação com o desenvolvimento, põe-se também o problema da existência das diferentes categorias do pessoal necessário à criação e utilização desse potencial. E aqui surge uma outra área, que tem vindo a ganhar individualidade dentro das políticas de expansão, e que respeita à formação e utilização do pessoal científico e técnico.

2 — Com efeito, a contribuição dos sistemas formais e não formais de ensino, para a preparação profissional, é actualmente reconhecida como elemento de grande relevância dentro de uma política de desenvolvimento, incidência que não minimiza nem contradita os objectivos de ordem social e cultural que historicamente se associam ao sistema educacional de um país. E surgem-nos já, em especial mercê da actuação de certas organizações internacionais, como a O.C.D.E. e a UNESCO, instrumentos analíticos e estudos de aplicação com os quais se vão definindo e pondo em prática políticas de formação articuladas com as necessidades geradas, neste domínio, pelo ritmo e tipologia dos vários desenvolvimentos nacionais.

Mas, paralelamente, e porque se reconhece que a actividade profissional das pessoas saídas do sistema educativo não depende somente da formação recebida, também a utilização desse pessoal, em especial o de mais elevada qualificação científica e técnica, tem vindo a merecer a maior atenção, tanto dos Governos como de certas

organizações internacionais, entre as quais a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (O.C.D.E.).

## **II — A acção da O.C.D.E. no domínio das políticas de formação e utilização do pessoal científico e técnico**

3 — Com efeito, esta Organização, que, como se sabe, compreende, como membros plenos, todos os países da Europa Ocidental, e ainda os Estados Unidos, o Canadá e o Japão, tem vindo a dedicar a maior atenção aos problemas relativos ao desenvolvimento dos recursos científicos e técnicos, e à formação e utilização do pessoal adstrito à criação e utilização desses recursos.

Tais funções encontram-se expressamente prescritas na convenção que instituiu, em Dezembro de 1960, aquela Organização, e têm a sua tradução estrutural na existência do Comité do Pessoal Científico e Técnico e do Comité para a Investigação Científica, o primeiro dos quais simples transposição estrutural e funcional do gabinete já existente na Organização Europeia de Cooperação Económica, que precedeu a O.C.D.E.

Todavia, é já no quadro da última organização que se empreendem, ou se executam, os mais importantes projectos de estudos com vista a determinar as necessidades de investigação e de formação exigidas pelo desenvolvimento económico dos Países Membros. E assim, embora no seguimento de diligências iniciadas ainda na vigência da O.E.C.E., é lançado, em fins de 1960, o «Projecto Regional do Mediterrâneo» (P.R.M.), cuja iniciativa se deve a Portugal, e que compreende os Países Membros situados na Europa Meridional. Mais tarde, é instituído o programa «Investimento e Planificação em matéria de Ensino» (I.P.E.) que abrange todos os outros Países Membros da O.C.D.E., e que, tal como o P.R.M., visou a determinação das necessidades nacionais em matéria de ensino e as correspondentes estimativas dos encargos financeiros, tendo em atenção a evolução demográfica, económica e cultural desses países.

4 — Para além desse esforço sistemático de estudo no domínio das relações entre as necessidades de formação e o volume de população activa com os diferentes graus de qualificação exigidos pelo ritmo e padrões do desenvolvimento, tem a O.C.D.E. procurado dedicar também especial atenção aos problemas postos pela adaptação dos programas e da orgânica da investigação científica e técnica, às necessidades do desenvolvimento económico e social. E assim, também no quadro dos países da Europa Meridional, está em curso o chamado Projecto das Equipas-Piloto, que visa, através de uma colaboração ampla entre as equipas nacionais e a O.C.D.E., o «estudo das necessidades de investigação científica e técnica em relação com o desenvolvimento económico».

Importa acentuar que, a par do trabalho continuado que se efectua no âmbito das equipas dos projectos, tem organizado a O.C.D.E. diversas reuniões regulares de confronto de problemas, no contexto do funcionamento normal dos vários órgãos da sua estrutura, em especial dos Comités oportunamente referidos.

Mas, mais espaçadamente, e como esquema mais amplo de análise destas questões, tem a O.C.D.E. organizado também algumas Conferências Intergovernamentais, a última das quais, em Paris, em fins do passado mês de Setembro, com o objectivo precisamente de tratar dos problemas respeitantes à formação e utilização de pessoal científico e técnico<sup>1</sup>.

### **III — Principais aspectos da Conferência Intergovernamental da OCDE, sobre a formação e utilização do pessoal científico e técnico**

5 — A Conferência de Paris teve, com efeito, basicamente, como objectivo, por um lado, analisar as políticas de adaptação do sistema de ensino às necessidades de pessoal de alta qualificação; por outro lado, pretendeu-se examinar a função dos empregadores e dos poderes públicos em matéria de utilização desse pessoal e, em particular, no que respeita a formação complementar e permanente que importa assegurar-lhe.

Como conferência intergovernamental que foi, dela participaram representantes dos vários Países Membros da O.C.D.E., além de observadores de algumas organizações internacionais, públicas e privadas (inclusivamente de grandes empresas como a General Electric, a I.B.M. e a Siemens), com funções ou interesses na esfera das questões tratadas na conferência. Quanto ao aspecto orgânico, há que referir a estrutura adoptada, onde, a par das habituais sessões plenárias — as do primeiro dia e a do encerramento —, se procurou maximizar a eficiência mediante a constituição de dois grupos de trabalho, com funcionamento simultâneo.

6 — Um dos grupos tinha como mandato «estudar o modo como as autoridades académicas analisam o mercado de trabalho e avaliam as necessidades futuras, a fim de ajustar a estrutura do sistema educativo e o conteúdo do ensino às necessidades de pessoal científico e técnico». Este grupo teve presente basicamente, além do material preparado pela O.C.D.E., diversos relatórios tratando

---

<sup>1</sup> Cabe aqui referir que, em Dezembro de 1961, a OCDE organizou uma Conferência, em Washington, sobre «O Desenvolvimento Económico e o Investimento na Educação», a qual se pode considerar a primeira grande reunião da OCDE sobre o problema, de que a recente Conferência se ocupou em novos aspectos.

um certo número de questões que se suscitam a propósito da ligação entre as ópticas do sistema educativo, da formação profissional e da política de emprego.

No âmbito deste mesmo grupo se discutiram, pois, diversos aspectos relativos, por um lado, às previsões de mão-de-obra, e, por outro, à análise das relações entre o sistema de ensino e a repartição da mão-de-obra. Os debates realizados levaram a chamar a atenção para alguns domínios de estudo, que, nas conclusões, foram sintetizados nas problemáticas do «aperfeiçoamento do aparelho de informação», da «adaptação das estruturas do sistema educativo e do conteúdo do ensino às necessidades da vida activa», e da «orientação dos jovens durante os estudos». De um modo mais pormenorizado pode dizer-se que os trabalhos deste primeiro grupo de estudo levaram a salientar, quanto ao primeiro ponto, a importância de um sistema de informação completo que possibilite uma conveniente fundamentação das políticas neste domínio. O que, por seu turno, significa, operacionalmente, medidas específicas como as seguintes: elaboração de estatísticas normalizadas, quer para a formação, quer para o emprego, e que permitam a aproximação destas duas ópticas; o estudo de uma classificação nova dos ofícios e profissões obedecendo a uma correspondência com níveis e tipos de formação; a conservação, por parte dos organismos empregadores, de fichas individuais completas sobre a formação inicial, a formação complementar, a experiência profissional, e os trabalhos ou inovações efetuados pelo pessoal de alta qualificação; o inventário de todos os meios de formação públicos e privados de carácter profissional de que dispõe cada país. Quanto às previsões da mão-de-obra, analisaram-se os aspectos conducentes à melhoria dos métodos adoptados, o que suscitou algumas vias de progresso dependentes do estudo de questões como as que se indicam: substituições possíveis, entre os diferentes tipos de pessoal, para a produção de bens e serviços análogos; a evolução, devida ao progresso técnico, do conteúdo das qualificações requeridas para exercer uma profissão; o desenvolvimento do sector terciário.

7 — Ainda no âmbito do mesmo grupo de estudo, foram analisados os problemas, já referidos, da adaptação das estruturas do sistema educativo e do conteúdo do ensino às necessidades da vida activa, e o da orientação dos jovens durante os seus estudos. Quanto ao primeiro tipo de questões, foi salientada, como súmula dos debates havidos, a necessidade de promover os seguintes estudos: a tradução, em termos de formação, das necessidades de qualificação; a implantação de um sistema de formação permanente que interesse a grande maioria dos quadros superiores, qualquer que seja a dimensão do organismo empregador; os métodos de formação aplicáveis a adultos que tenham experiência profissional anterior.

Finalmente, foi abordado o problema da orientação dos jovens durante o período de estudo, aspecto em relação ao qual se entendeu de salientar, como conclusão, a necessidade de analisar: as motivações da escolha, pelos estudantes, dos diferentes tipos de formação; os meios de informação susceptíveis de despertar vocações científicas e técnicas; o papel desempenhado, pelo sistema de selecção e pela organização dos estudos primários e secundários, na manifestação das vocações e na orientação dos jovens; a carreira universitária de cada estudante, análise esta visando esclarecer a natureza dos auxílios, ou simples conselhos, necessários a uma melhor realização das suas aptidões.

8 — Por seu turno, o segundo dos grupos de trabalho, a que oportunamente se fez referência, teve como mandato estudar as condições de uma utilização óptima do pessoal científico e técnico, e principalmente a formação no decurso da própria vida profissional, como elemento importante de uma política de utilização desse pessoal.

Assim se analisou, antes de mais, os factores que intervêm no modo de repartição, pelas diversas actividades profissionais, do pessoal saído do sistema de ensino, porquanto esses factores acabam por ter uma incidência indirecta no problema da utilização do mesmo. E por essa razão, na sequência dos debates efectuados neste grupo, preconizaram-se os seguintes estudos: dos motivos individuais que influenciam a escolha do primeiro emprego; do modo como se efectua a orientação dos diplomados, no fim dos seus estudos, para as diferentes actividades profissionais; da função que desempenham os serviços de colocação nas decisões, quer dos organismos empregadores, quer do pessoal científico e técnico; da inactividade profissional (importância e causa) particularmente para o pessoal feminino e para os diplomados sem emprego.

Quanto à formação no decurso da vida profissional, ela deriva do facto de se considerar como errónea a concepção habitual em matéria de planificação da mão-de-obra, segundo a qual a formação inicial no quadro do sistema de ensino constitui um investimento definitivo e único. Contrariamente a esta ideia, está hoje amplamente generalizada estoutro de que a formação no decurso da vida profissional se torna cada vez mais indispensável para a actualização dos conhecimentos, para combater a «esclerose profissional», sendo igualmente indispensável para a promoção aos postos de maior responsabilidade. Cabe aqui salientar que a documentação apresentada à Conferência, embora insuficiente no que toca a apresentação de exemplos de políticas de âmbito nacional no domínio da formação permanente, não deixa de apresentar, sobretudo através da experiência de algumas grandes empresas, privadas e públicas, algumas sugestões com interesse, sobretudo no quadro de uma polí-

tica de pessoal no seio dessas empresas. Assim, tanto a experiência de grandes empresas privadas (como a General Electric ou a I.B. M.), como de grandes empresas públicas (como a Electricité de France e a Gaz de France) permitem extrair, como salienta um documento de informação da O.C.D.E. para a Conferência, algumas ideias básicas, tais como: a de situar o posto atribuído a um indivíduo em relação ao conjunto da carreira que ele parece susceptível de ter ao longo da sua vida profissional; a necessidade de dar a cada pessoa, quando passa de um posto para outro, uma formação complementar, destinada a completar a sua formação inicial e a sua experiência; a necessidade de, para o pessoal de um certo nível para cima, considerar a actualização dos seus conhecimentos como fazendo parte integrante da função, independentemente de qualquer promoção.

Como súmula dos debates, no referido segundo grupo de trabalho, entendeu-se que o que estava em causa era a necessidade de clarificação dos aspectos dinâmicos das relações que ligam o indivíduo ao seu emprego, o que, por seu turno, levou a propor estudos de questões como as que a seguir se indicam: a evolução real das carreiras; as necessidades de formação complementar surgidas nas várias etapas da vida profissional e os meios necessários para satisfazer essas necessidades; a mobilidade profissional, tanto no interior dos organismos empregadores como na economia em geral, e as intervenções eventuais dos poderes públicos no mercado de trabalho para facilitar as reconversões e mudanças de emprego susceptíveis de realizar uma melhor utilização das aptidões do pessoal científico e técnico durante a sua carreira; as políticas, em matéria de carreira, praticadas por certas empresas e organismos; a utilização pelos indivíduos, da sua formação científica e técnica, como modo de assumir as suas responsabilidades de cidadãos.

9 — Estes os principais aspectos considerados como mais relevantes, à luz não só das discussões efectuadas nos dois grupos de trabalho, como também em face dos documentos preparados pela O.C.D.E. e por algumas delegações nacionais. Simplesmente, no âmbito da apreciação final dos trabalhos efectuados, foram também formuladas algumas recomendações aos governos dos países representados, no que respeita às grandes linhas, tanto da política a seguir, como dos mecanismos institucionais indispensáveis à execução dessas políticas.

Efectivamente, importa acentuar o facto de que o problema da formação e utilização do pessoal científico e técnico se reparte politicamente pelas esferas de atribuições de várias autoridades e enti-

---

<sup>2</sup> A primeira recomendação preconiza uma política de conjunto da formação e utilização, para fazer face às necessidades, da economia, em pessoal altamente qualificado.

dades, públicas e privadas, o que torna evidente a necessidade de se definirem os princípios que hão-de presidir à coordenação dos seus esforços. E assim, na segunda das três recomendações finais<sup>2</sup>, os Países Membros são convidados a criar mecanismos nacionais — integrando precisamente os representantes daquelas autoridades e entidades — que deverão ter como função recomendar as grandes linhas de orientação de uma política de formação concertada dos «quadros» superiores de uma economia. Para o que lhes deverá também caber a definição, o lançamento e a direcção dos estudos necessários para a devida fundamentação dessa política.

Finalmente, a Conferência Intergovernamental da O.C.D.E. sobre a formação e utilização do pessoal científico e técnico, salientou, na sua terceira recomendação, a necessidade de, no plano internacional, se proceder a um intercâmbio permanente dos métodos, dos resultados das investigações e das experiências realizadas nos vários países. E para este fim a O.C.D.E. foi solicitada não só no sentido de fazer subir a nível governamental as duas primeiras recomendações da Conferência, como também a tomar as disposições necessárias para institucionalizar a cooperação internacional neste importante domínio do desenvolvimento económico e social.

*Maria de  
Lourdes  
Lima  
dos  
Santos*

## **A família — unidade e diversidade em perspectivas de transformação**

### **1. Introdução**

O grupo familiar, ao longo dos séculos tem, evidentemente, revestido diversas formas, a fim de se adaptar às diferentes condições impostas pelas coordenadas tempo e espaço.

Quando, ou na medida em que, coincidia com a unidade de exploração, a família constituía uma célula fundamental da sociedade, capaz, ao mesmo tempo, de procriar e de assegurar praticamente por si só a sobrevivência dos seres procriados.

Essa coincidência da unidade familiar com a unidade de exploração implicava uma determinada organização conducente a um grupo coeso, suficientemente vasto, cuja disciplina era garantida através de uma herarquia segundo idade e sexo, encimada pela autoridade do pai, subordinando-se o indivíduo aos objectivos da família. Esta acumulava uma extensa gama de funções indispen-